

**Entidade Reguladora para a Comunicação Social****Conselho Regulador**

**ASSUNTO:** Audições na ERC a propósito do artigo do jornal Expresso “Impulso irresistível de controlar”

**Audição do Director do Jornal Público, José Manuel Fernandes, realizada em 12 de Abril de 2007**

*Reconstituição provisória*

**Pergunta:** Pedia-lhe que expusesse o que tem a dizer sobre a existência de pressões, e, existindo estas, se as considera ilegítimas, por parte do Primeiro-Ministro ou dos seus assessores, relativamente ao que é referido no artigo do Expresso.

**JMF:** Vou reconstituir o que se passou antes da publicação do primeiro artigo no dia 22 de Março. A investigação começou muito antes, por iniciativa dos editores ou do jornalista, não sei bem. Em Março, várias pessoas no jornal receberam *emails* a citar dados sobre a licenciatura do primeiro-ministro e esses jornalistas também os receberam. Havia ainda referências ao blog Do Portugal Profundo, que não frequento. Não se percebeu a origem dos *emails*, mas o jornalista decidiu que, face a essas informações e outros boatos que corriam, devia investigar o assunto.

Dia 13 de Março, dirigiu-se à Universidade Independente (UNI) para pedir o diploma do PM. A UNI informou que o acesso aos documentos dos licenciados só podia ser concedido com autorização do próprio. Foi nesse momento que eu (JMF) tive conhecimento de que o jornalista estava a pegar no caso.

O jornalista telefonou para o gabinete do PM em 13 de Março – há uma cronologia publicada no jornal – e ficou surpreendido porque, após o primeiro contacto, no dia 14 recebe um contacto do PM que não é comum.

Nesse dia 14, o jornalista teve autorização para consultar os documentos e, no dia 15 consultou-os. Dia 16, há matéria para publicação, mas eu recolhido(JMF) considerei que não estava ainda em condições de publicação e pedi mais contactos para aferir todo o processo. O tema esteve agendado todos os dias mas não havia data fixada para publicação.

No dia 20, 3.<sup>a</sup> feira, estou fora do jornal numa visita de vários directores de jornais ao Hospital Amadora Sintra. Era o terceiro convite, já não podia recusá-lo, houve uma reunião com a administração do Hospital. Por esse motivo, não participei na reunião do jornal sobre a primeira página.

No dia 20, a determinada altura, recebo um telefonema do Luís Bernardo que queria saber se o artigo ia ou não sair no dia seguinte. Luís Bernardo disse que tentou falar comigo mas o telefone estava desligado. Se a ERC quiser, autorizo-a a consultar o meu operador de telemóvel para verificar as chamadas.

Disse, também, que o PM estava disponível para falar comigo e eu disse-lhe que era a primeira vez que isso acontecia apesar das tentativas minhas para ter conversa e troca de impressões informal. “Mas o PM está disponível”, disse Luís Bernardo. Eu não me encontrava já no jornal, nesse dia o fecho da edição era no Porto. Disse ao Luís Bernardo que pretendíamos resposta formal do PM, por escrito, às perguntas que lhe tínhamos dirigido. Luís Bernardo disse que o PM estava a preparar o debate sobre o estado da nação e não tinha tempo para responder por escrito. Eu insisti na resposta por escrito e Luís Bernardo prometeu ver o que se passava.

Dei o meu telemóvel ao Luís Bernardo para o PM ligar. Aconteceu depois uma coisa insólita: eu estava quase sem gasolina e ia a entrar na bomba para abastecer quando o PM ligou. Estivemos 40 a 50 minutos ao telefone, eu parado dentro do carro junto da bomba de gasolina. O PM falou durante os primeiros cinco a dez minutos. Expôs a tese de que era um boato que vinha do mesmo sitio donde veio o do Freeport e o da campanha eleitoral. Eu expliquei que não era isso e que era fácil matar este boato, era só mostrar os documentos.

A princípio o tom da conversa não foi muito calmo. Não falava com ele desde 2004. Antes de ele ser líder do PS também tive uma conversa longa para o convencer a responder a um inquérito. Desde aí nunca mais tinha falado com ele.

O tom particular foi irritado e a conversa derivou para outros temas como o episódio das viagens de avião, em particular os comentários referidos por Ricardo Felner sobre os jornalistas em geral e sobre o Público, em particular. Eu só sei disso através dos relatos de jornalistas, portanto em segunda mão. O PM falou de um ou dois textos que o Felner tinha escrito e ainda de outras questões sem relevo particular.

**Pergunta:** Quem pediu essa conversa ao PM?

**JMF:** Esta conversa foi pedida por mim.

**Pergunta:** Nas conversas do Ricardo Felner com o gabinete do primeiro-ministro houve referência a eventual processo judicial, caso fosse publicada alguma coisa?

**JMF:** Houve, e não é caso virgem.

**Pergunta:** Ricardo Felner queixou-se ao director? Naturalmente, só lhe é pedida resposta se entender que, desse modo, não viola um pedido de confidencialidade.

**JMF:** Felner estranhou, mas não referiu isso, mas num ou em dois telefonemas o cenário de um eventual processo foi colocado.

**Pergunta:** Na sua conversa com o PM ele falou em processo judicial?

**JMF:** Não, comigo o PM não falou em processo judicial. O PM referiu-se ao caso meu editorial sobre a OPA da Sonae e ao caso da licenciatura. Fez uma referência subtil ao facto de ter estabelecido uma boa relação com o Eng. Paulo de Azevedo durante a OPA, o que queria dizer: fiquei com uma boa relação com o seu accionista e vamos ver se isso não se altera. É uma interpretação subliminar dizer que sempre existiu uma boa relação com o accionista (e admitir que ela poderia ser posta em causa?).

vindas O dia 21 era o último do Eng. Paulo de Azevedo como representante da SGPS. Eu esqueci-me do telemóvel e estive fora do jornal. Tinha chamadas (quatro?) do

gabinete do PM, mas já era tarde e não ouvi as chamadas. Não sei se eram do telemóvel do Luís Bernardo, se do telefone fixo do gabinete.

**Pergunta:** O PM telefonou-lhe directamente?

**JMF:** Não, o PM telefona sempre através da secretária.

No dia 21, acompanhei a edição dos textos do dia seguinte, assegurando que estavam da forma mais seca possível e garantindo que a nota do PM vinha em primeiro plano, pelo que só ouvi as mensagens na 6ª. Feira. Uma delas era a convidar-me para um almoço com o PM, na mesma 6ª. Feira. Preocupado telefonei para o Luís Bernardo mas não conseguia encontrá-lo e eram quase horas de almoço. Quando consegui falar com ele e explicar-lhe o que se passara ele disse-me que, naturalmente, o convite não se mantinha.

**Pergunta:** Ele disse porquê?

**JMF:** Falou na notícia do Freeport e do boato da campanha e disse: sabemos que numa reunião do grupo Parlamentar do PSD foi sugerido que o PSD se ocupasse do assunto – foi Santana Lopes quem sugeriu. Eu (JMF) respondi que a minha relação com Santana Lopes não é má e exemplifiquei com a campanha eleitoral (em que ele referiu directamente o meu nome em comícios) e que não sabia que isso tinha sido discutido no Grupo Parlamentar do PSD.

A partir daí, não houve mais contactos comigo. Houve o caso de um texto sobre os 50 anos da UE pedido pela Teresa de Sousa ao PM para essa sexta-feira Perguntei-lhe se o texto tinha chegado e ela disse-me que não tinha chegado nem ia chegar porque o Luís Bernardo lhe tinha dito que “quem não se sente não é filho de boa gente”.

**Pergunta:** Já tinha acontecido antes uma situação semelhante relativamente aos telefonemas do PM?

**JMF:** Já, várias vezes houve pessoas que protestaram, mas depois da publicação. Não me recordo de ter tido situações parecidas com o que aconteceu relativamente à notícia do Público do dia 22.

**Pergunta:** Hoje diria o mesmo que disse ao Expresso sobre a liberdade de imprensa não se encontrar ameaçada?

**JMF:** Quando falei ao Expresso não tinha ideia de que o Felner tinha contactado com outros meios de comunicação social. E pelo que foi publicado em todos os meios de comunicação social para e no artigo da Constança Cunha e Sá, no Público, em que ela refere que os telefones tocam fora da redacção, tenho a convicção, sem nenhuma prova directa mas de conversas com colegas, que houve telefones que tocaram não apenas nas redacções. Mas não posso avançar dados.

Esses contactos sim, podem ser problemáticos, dependendo da cultura da empresa. Eu nunca senti esses problemas nas duas empresas em que trabalhei mas sei que não é assim em toda a parte.

Hoje, o que eu diria é que houve um esforço desenvolvido junto de todas as redacções, e não só, para evitar que esse caso fosse noticiado.

**Pergunta:** Como e que chegou a essa conclusão?

**JMF:** Resulta de extrapolação e de coisas que tenho sabido.

**Pergunta:** E sobre as pressões citadas por JMF no artigo do Expresso?

**JMF:** Quando há muitos protestos desse tipo o que acontece é que os jornalistas ficam com a ideia de que as fontes secam e deixam de as ter em primeira mão. Isso acontece com todos os Governos, mas com este mais do que com os outros recorremos à CADA. Agora, porém, é mais difícil porque a lei de acesso a documentos administrativos obriga a formalismos processuais. Uma ausência de resposta escrita a recusar dados torna difícil o acesso à CADA.

**Pergunta:** Isso reflecte-se nos conteúdos editoriais?

**JMF:** Reflecte-se nos conteúdos editoriais, por exemplo, no relatório do actual ministro da Defesa para o actual ministro da Administração Interna. Eram feitas aí recomendações e o documento foi para a Internet sem os anexos.

Por vezes é dito pelas fontes, relativamente a uma informação: se isso não tiver destaque escusa de voltar a telefonar. Muitas vezes isso depende da forma como os assessores coordenam a nenhuma informação de forma planeada. Não há nenhum mal nisso, desde que não sejam violadas regras de lealdade e bom comportamento. Conosco Por exemplo, houve uma entrevista pedida ao PM que depois a deu ao Jornal de Notícias (não, como antes divulgado, a uma rádio).

**Pergunta:** O artigo do Expresso diz que JMF tem há vários anos um conflito com o PM? Isso é verdade?

**JMF:** O facto é público, porque o PM disse na última viagem que de mim já nem falava porque eu não era jornalista, era político. Fiz diligências para voltar a falar com ele mas não consegui.

**Pergunta:** Tem-se referido à RTP e à RDP como tendo ignorado este assunto...

**JMF:** Na RTP o assunto só foi tratado duas vezes por um colaborador (Marcelo Rebelo de Sousa) e depois pela primeira vez por um jornalista da casa (numa pergunta de Judite de Sousa a António Vitorino). Durante esse período, houve na TVI notícias na 5ª. Feira e depois não voltou a haver. Na SIC, houve notícias a partir da notícia do Expresso. Na RTP não houve notícias na primeira metade dos 20 dias em que o Público tratou o assunto, só mais tarde. Sei, porém, que o assunto não foi pacífico na redacção da RTP e ali foi objecto de discussão.

**Pergunta:** É ilegítimo alguém dizer que vai apresentar queixa a tribunal se o jornalista lhe disser que vai publicar algo com um determinado conteúdo?

**JMF:** É pressão ilegítima, é tentativa de evitar que as notícias saiam. Os jornalistas tendem a ficar nervosos, sobretudo os colunistas que, quando têm um processo judicial, ficam nervosos. Um processo judicial coloca sobre a empresa uma grande pressão, sobretudo se estiver em causa dinheiro, pode ter reflexos nas acções em bolsa. Os processos cíveis são até mais ameaçadores do que os criminais, por esse motivo.